

A ÁFRICA E OS AFRICANOS NA FORMAÇÃO DO MUNDO ATLÂNTICO

1400 - 1800

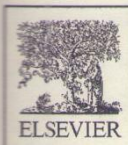
Coordenação Editorial
Mary Del Priore

Tradução
Marisa Rocha Motta

Revisão Técnica
Márcio Scalercio

*Professor Titular da Universidade Cândido Mendes
Professor do Departamento de Economia da PUC - Rio*

PET-HST
Departamento
de História/CFH/UFSC



O processo de escravidão e o comércio de escravos

GUERRA E ESCRAVIDÃO

Constatou-se que a África não estava sob qualquer pressão comercial e econômica para negociar com escravos. Além disso, vimos que os africanos aceitavam a instituição da escravidão em suas próprias sociedades, mas que o papel especial dos escravos como propriedade produtiva privada levou à disseminação da escravidão. No início, os europeus só participaram de mercados de escravos já existentes. Não obstante, esses por si só não explicam o comércio de escravos. Existem especialistas que argumentam que, embora os europeus não tivessem invadido o continente e capturado os escravos, eles promoveram, no entanto, sua comercialização por meio de uma pressão militar indireta, criada pelo controle europeu de uma tecnologia militar importante, como cavalos e armas de fogo. Nesse cenário — “o ciclo arma-escravo” ou o “ciclo cavalo-escravo” —, os africanos foram impelidos a negociar escravos, porque sem esse comércio eles não poderiam obter a tecnologia militar necessária (armas e cavalos) para se defender de inimigos. Ademais, a posse dessa tecnologia tornava-os mais capazes de conseguir escravos, pois guerras bem-sucedidas lhes garantiam grandes suprimentos.¹

1. Para uma declaração radical, mas cuidadosamente argumentada, ver J. E. Inikori, “Introduction”, em, *Forced Migration*, pp. 45-51, e sua introdução para seu artigo “The Import of Firearms into West Africa, 1750 to 1830: A Quantitative Analysis”, *ibid.*, pp. 126-53 (assim como o próprio artigo). Para uma análise mais moderada com as mesmas conclusões, ver Lovejoy, *Transformations in Slavery*, pp. 66-8, 78-87, 103-7.

Portanto, através da operação de controle dos “meios de destruição”, para usar o termo descritivo de Jack Goody,² os europeus foram capazes de influenciar indiretamente os africanos. Eles dirigiram o comércio de forma a ajudá-los e também para compelir os africanos a empreender guerras que em outras circunstâncias não teriam eclodido. Essa política levou os africanos a buscar mais escravos do que precisavam para seus próprios objetivos políticos e econômicos, e a despovoar o país contra sua vontade. O aumento quantitativo excederia o julgamento da África de um nível adequado de exportações. Ao final, isso não só teria aumentado a dependência econômica, mas resultaria em uma destruição em larga escala de mercadorias, ferramentas e, por fim, do potencial de desenvolvimento. Os africanos seriam, assim, parceiros subdesenvolvidos, desamparados e explorados em um comércio dirigido pela Europa.

No entanto, esse argumento, bem como os antigos raciocínios comerciais e econômicos, não se ratificam. Com certeza, no período anterior a 1680, a tecnologia européia não era essencial para as guerras, mesmo se os africanos a aceitassem. Do mesmo modo, é muito mais fácil afirmar do que demonstrar que os africanos iniciaram conflitos contra sua vontade ou tão-somente a serviço do comércio de escravos. De fato, quanto mais conhecemos sobre as guerras na África e a conseqüente escravização, as conexões tornam-se menos claras e diretas entre a guerra e o comércio de exportações de escravos.

As evidências contemporâneas reforçam a idéia de que havia uma conexão direta entre guerras e escravidão, tanto para o trabalho doméstico quanto para a exportação. No entanto, isso não significa que não houve escravidão sem fins militares. A escravidão judicial foi uma maneira comum de obter escravos, e os juizes, além disso, distorciam a lei para prover mais cativos ou escravizar parentes distantes de criminosos. Observadores jesuítas consideraram que isso era uma prática comum em Dongo já em 1600,³ e viajantes missionários comentaram com freqüência esse fato na região da Alta Guiné no século XVII.⁴ Mas, por mais escandaloso que isso possa ter sido, a escravidão judicial representou pouco mais de um pequeno percentual do total de exportações da África.

2. Goody, *Tradition, Technology and the State*.

3. Pierre du Jarric, *Histoire des choses les plus mémorables...*, 3 vols. (Bordeau, 1608-14), 2:80-1.

4. Ver os documentos citados e analisados em Rodney, *Upper Guinea Cost*, pp. 106-9.

Assim, é importante constatar que a escravização militar foi o método mais empregado, pois significa que os governantes, em sua maioria, não vendiam seus súditos, mas pessoas a quem, pelo menos, consideravam estranhos. O fato de que muitos escravos exportados fossem cativos recentes indica que eles eram retirados entre aqueles capturados durante a guerra e a quem não havia sido dado um emprego dentro da África. Nesses casos, os governantes decidiam abrir mão do futuro potencial desses escravos. Algumas das exportações eram de escravos cujos donos locais queriam dispor deles por uma razão ou outra, e aqueles capturados por bandidos ou judicialmente escravizados.

Essa era a exata situação descrita por Mosto em seu relato sobre Jalofó em 1455: Após uma descrição do uso dos escravos na economia doméstica, Mosto observa que a maioria dos escravos havia sido capturada em guerras com países vizinhos ou em guerras civis. Muitos desses cativos integraram-se na economia doméstica, mas o resto foi vendido para os "mourós" em troca de cavalos (por exemplo, eles entraram no comércio do Saara), embora os cristãos tivessem iniciado recentemente o comércio na costa.⁵ Esse relato focaliza dois aspectos das sociedades africanas que as predispunham a participar do comércio de escravos. Primeiro, o uso regular de escravos na economia doméstica, e sobretudo como fonte de renda para os estados centralizados, e em segundo lugar o papel da guerra.

As causas e motivações por trás dessas guerras são cruciais para a compreensão do comércio de escravos. Philip Curtin examinou o comércio de escravos da Senegâmbia no século XVII e propôs um esquema para visualizar as guerras africanas que resultaram na captura de escravos, que pode ser aplicado também ao período anterior. Ele sugere que as guerras podiam ser classificadas como tendendo para modelos econômicos ou políticos. No modelo econômico, as guerras eram travadas com o expresso propósito de adquirir escravos e, talvez, para suprir as demandas dos mercadores europeus; no modelo político, as guerras aconteciam por razões políticas, e os escravos eram simples subprodutos que poderiam gerar lucro. Ambos os modelos foram vistos como "tipos ideais", e as guerras individuais continham uma mistura de motivos. No conjunto, entretanto, Curtin acredita que os dados da Senegâmbia no século XVII indicam um modelo político, em vez de um modelo econômico.⁶

5. Mosto, "Mundo Novo" (ed. Gasparrini-Leporace), p. 42.

6. Curtin, *Economic Change*, pp. 153-68.

Na verdade, discernir entre modelo econômico e político não é uma tarefa fácil. Note-se o caso da Angola portuguesa, um estado aparentemente criado para exportar escravos. Por essa razão, as guerras angolanas deveriam ajustar-se ao modelo econômico. Contudo, muitas dessas guerras, e a maioria das mais lucrativas em termos de aquisição de escravos, tiveram, por vezes, motivos políticos bem definidos. As primeiras guerras de Portugal em Angola, por exemplo, tiveram como objetivo precípua mais a ocupação da área do que a captura de escravos. Afinal, em 1579, os portugueses quase foram rechaçados pelas forças de Dongo, e as guerras entre eles à época e em torno de 1595 foram tão defensivas quanto ofensivas.⁷

Quando os portugueses por fim atacaram Dongo, as guerras no início do século XVII também ocasionaram ganhos de território, e depois de 1624 eles se viram envolvidos em uma longa série de guerras, a qual se pode chamar de Guerra de Sucessão de Dongo, em que os funcionários portugueses esperavam entronizar um rei cordato e se depararam com a resistência da rainha Jinga (1624-63).⁸ Essa guerra, praticamente contínua de 1624 a 1655, é responsável pela maior parte das atividades do exército português nesse período, e sua expansão em direção ao leste resultou no aparecimento de muitos escravos angolanos orientais no Novo Mundo na época.⁹ Claro, isso não significa que todas as guerras de Angola ajustavam-se ao modelo político, mas deve-se ter em mente que, na África, como em outros lugares, as guerras podem ser sempre polivalentes, mesmo as defensivas ou estratégicas. Precisamente nesse contexto Cadornega, o cronista das guerras angolanas do século XVII, rejeitou as críticas feitas em Portugal de que as guerras em Angola eram simples “guerras de negros”, com o único objetivo de capturar escravos.¹⁰

Os modelos de Jalofo e de Angola examinados sugerem que a solução para o problema da natureza das guerras africanas não seria de fácil

7. Ver o resumo em Pero Rodrigues, “Relação”, 1594, MMA 4:565-77, e outra documentação em MMA 3, *passim*.

8. Heintze, “Ende”, pp. 224-66, sobre os dez primeiros anos da Guerra de Sucessão de Ndongo. Estágios posteriores são citados em Cadornega, *História*, vols. 1 e 2. Um resumo conciso pode ser encontrado em Birmingham, *Trade and Conflict in Angola*.

9. Bowser, *African Slave*, pp. 41-3. Ver também a surpreendente variedade de etnônimos da África central nos documentos venezuelanos “Empadrono” em Emilia Trochis de Veracochea, *Documentos para el estudio de los esclavos negros em Venezuela* (Caracas, 1969), pp. 194-200.

10. Hilton, *Kingdom of Kongo*, pp. 104-6.

solução. Em teoria, guerras com finalidades que os europeus veriam como políticas, como anexação de território (ou defesa) ou a obtenção e fortalecimento de direitos políticos, deveriam ser classificadas como tal, enquanto ataques realizados só para pilhagem e para comercializar mercadorias deveriam ser classificados de econômicos. Na prática, entretanto, como já observado no exame da política de Jalofo, a captura de escravos tinha tanto um sentido político quanto econômico para seus governantes. Os escravos eram fonte de riqueza, e, mesmo em uma operação rápida sem finalidade de conquista política (embora Jalofo tenha feito também conquistas), os escravos poderiam ser usados para produzir riqueza do mesmo modo que uma conquista. Analogamente, os governantes de Jalofo poderiam utilizar os escravos para gerar rendimentos privados para eles ou para servirem como criados pessoais, soldados e administradores, e, então, sublevá-los contra seus rivais em luta pelo poder. Portanto, mesmo uma guerra que se assemelhe a uma simples ação ofensiva sem objetivos políticos teria maiores consequências políticas se escravos fossem capturados — e o fato de alguns serem vendidos para outros lugares não leva à conclusão de que a guerra não tivesse motivos políticos.

Essas considerações dificultam a avaliação do testemunho sobre os motivos das guerras de observadores europeus, que viam as guerras cuja meta era a simples obtenção de despojos, mesmo se significassem escravos, como empreendimentos econômicos (isto é, com o objetivo de capturar escravos para exportá-los). Com certeza, algumas das iniciativas dos governantes africanos parecem não ter tido outra finalidade. Edward Fenton notou que a demanda de escravos em 1580 em Serra Leoa levou seu governante a realizar uma guerra só para satisfazer as suas necessidades — uma guerra que ele pensava aprisionar de três a quatro mil escravos.¹¹ Almada também mencionou que o governante de Kayor empreendeu uma guerra em 1576 só para obter escravos para pagar uma dívida contraída com um comerciante de Cabo Verde.¹² De modo similar, diversos observadores contemporâneos pensavam que as guerras realizadas pelo governador angolano Mendes de Vasconcellos, no início do século XVII, tiveram como o único motivo a obtenção de escravos.¹³

11. Fenton, *Troublesome Voyage*, p. 109.

12. Almada, "Tratado breve", MMA2 3:243.

13. Heintze, "Ende", pp. 231-9; ver também documentação em MMA 6, passim, que se refere com regularidade a "guerras de negros".

Essas guerras, contudo, podem ter sido empreendidas com o único objetivo de adquirir escravos, mesmo sem as demandas dos comerciantes do Atlântico. Vemos, como exemplo, os informantes de Fernandes no final do século XV. Segundo eles, o Sanhaja do deserto guerreou contra o povo ao sul "mais para pilhagem do que por poder".¹⁴ Do mesmo modo, em 1639, Jannequin de Rochefort observou que as guerras não tinham a finalidade de conquista, mas sim para obter pessoas ou gado.¹⁵

Essa é uma questão fundamental sobre a natureza inusual das políticas africanas, que as diferenciavam das políticas eurásianas. Assim como a escravidão substituiu a propriedade de terras na África, a apreensão de escravos equivalia a guerras de conquista territorial. Por essa razão, deve-se aplicar uma lógica diferente para as guerras africanas, sem a equação de equivalência entre os motivos políticos de guerras de conquistas e os motivos econômicos de emboscadas a escravos. Essa análise modifica o enfoque sobre as metas das guerras e pode, por fim, mudar nossa concepção dos conflitos na África.

Lovejoy, por exemplo, propôs que a guerra era endêmica na África em virtude da fragmentação política. Em outras palavras, o fato de a África ter poucas unidades políticas de larga escala significou que as guerras seriam mais frequentes, e assim a escravização cresceria. Como a fragmentação aumentou (uma situação segundo ele que ocorreu durante o período do comércio de escravos), as guerras naturalmente aumentaram. Subjacente a essa questão, existe a premissa de que a situação política dos pequenos estados levaria a um movimento natural para incorporá-los aos maiores, no estilo político eurásiano. Assim, apesar de as políticas africanas determinarem o curso das guerras, a estrutura intrínseca dessas políticas gerava mais guerras.¹⁶ Ademais, não se deve justificar a maioria das guerras como uma motivação econômica mas sim política, em que elas eram uma tentativa para remediar a fragmentação consolidando o poder. O fracasso em consolidá-lo alimentou o comércio de escravos.

O pressuposto de Lovejoy subtende uma correlação entre a centralização política e a paz, mas isso não ocorreu. Esse fato evidencia-se no exame das políticas do império de Songai, que controlava uma enorme

14. Fernandes, "Descrição", fol. 69v.

15. Jannequin de Rochefort, *Voyage*, pp. 86-7.

16. Lovejoy, *Transformations in Slavery*, pp. 66-87.

área no século XVI — maior do que qualquer outro Estado na época e em uma escala competitiva com muitos estados europeus. Songai era um império em expansão e, assim, empreendeu guerras para conquistas territoriais, capturando escravos ao longo de seu curso. Segundo os *Tarikhs*, fontes de crônica local, por exemplo, Sonni Ali, que reinou de 1468 a 1492 (aproximadamente na mesma época do desenvolvimento do comércio atlântico), empreendeu algum tipo de guerra ou campanha em cada ano de seu reinado.¹⁷ As campanhas variavam em duração, tamanho e complexidade, e nem todas eram realizadas pelo rei. Os cronistas que descreveram essas guerras comentaram com freqüência as motivações do governante (as quais eram em geral a expansão territorial, punição a insultos, retaliação contra ataques em seu território, entre outras semelhantes), mas nunca mencionam especificamente a captura de escravos como um dos objetivos nem se preocupavam em enumerar ou vangloriar-se dos escravos capturados, o que indica claramente que a *expansão de Songai tinha razões políticas em vez de econômicas*.¹⁸

As iniciativas de seu sucessor, Askia Muhammed, foram menos claras, em razão de um cronista diferente, mas ele também empreendeu grandes expedições, embora talvez menos freqüentes que seu predecessor. Como no caso de Sonni Ali, a aquisição de escravos nunca é mencionada nem o número de cativos é discutido e, além disso, as motivações de Askia Muhammed assemelhavam-se às do seu predecessor.¹⁹

Mas a guerra expansionista de Songai foi talvez uma exceção na África, em virtude, de acordo com Lovejoy, de sua fragmentação. Essa fragmentação, no entanto, não foi um simples resultado de fracassos políticos nem aumentou consideravelmente durante esse período. Em vez disso, foi um aspecto constante na sociedade africana, característico de todo o período pré-colonial.

A medida da fragmentação da África pode ser verificada no tamanho usual dos estados africanos, baseado nas fronteiras delineadas nos

17. Adam Koraré Ba, *Sonni Ali Ber*, pp. 65-75, elaborado a partir das complicadas e ambíguas notas nos *Tarikhs*.

18. Cf. *Tarikh-al-Fettash*, p. 91.

19. Segundo as notas em *Tarikh al-Fettash*, pp. 133-45, ele realizou campanhas anuais nos períodos de 1498-1502 e 1505-6 e duas campanhas entre 1507-10 e 1511-14. Depois a crônica torna-se vaga e interrompe o relato anual de eventos. Durante o período de 1492-7, Askia Muhammed fez uma peregrinação a Meca e os cronistas dedicaram-se a relatos de sua vida lá, embora campanhas possam ter se desenrolado no Sudão em sua ausência. Do mesmo modo, houve provavelmente campanhas empreendidas por Askia Muhammed ou seus generais entre 1514 e 1529 não-registradas no *Tarikh*.

mapas 1-3. Nenhum Estado africano era tão extenso quanto os impérios da Ásia ou Europa na época. A China imperial ocupava um território de 3-4 milhões de km², o Império Otomano cerca de 4 milhões de km² e o império russo no século XVII estendia-se por cerca de 2,5 milhões de km² e expandia-se rapidamente. O Império Grão-Mogol na Índia controlava um território de dois milhões de km². As possessões espanholas nas Américas tinham controle efetivo de mais de 4,5 milhões de km².

Na África, em contraste, os Estados maiores (o que os historiadores chamam de impérios, como Songai) controlavam áreas com a extensão de 500 mil a um milhão de km². Essa era a escala de tamanho do Irã na dinastia dos safávidas (1,5 milhão de km²) e os grandes Estados europeus, como a França (com 550 mil km²) e a Espanha (com pouco menos de um milhão de km², incluindo suas possessões italianas e borgonhesas, mas não as austríacas e americanas). Mas Estados na escala de Songai ocupavam só uma parte da África, sobretudo os ricos vales dos rios nas regiões ocidentais e centrais do Sudão, e fora dessa área não havia estados tão grandes (o Império Lunda, o Estado logo abaixo em tamanho, situado fora da região ocidental do Sudão, controlava uma área de cerca de 300 mil km² no século XIX, mas em 1680 seu tamanho era aproximadamente a metade).

Estados de tamanho médio, ou seja, com uma superfície de 50 mil a 150 mil km², do porte de Estados europeus como a Inglaterra (150 mil km²) e Portugal (90 mil km²) ou as maiores cidades-Estados da Itália e principados alemães (na faixa de 50 mil km²), eram encontrados em muitos lugares. Em 1680, o Império Oió (na Nigéria) pode ter ultrapassado 150 mil km², embora não muito mais. Os estados do vale do baixo Níger, como Nupe, Igala e Benim, teriam alcançado quase essa extensão, e os estados Hausa no norte da Nigéria (Kano e Katsina com cerca de 60 mil km², os restantes menores) eram pouco extensos. Na África central, o Congo era o maior dos estados, com 130 mil km²; outros estados, como Dongo, eram menores mas ainda nessa faixa.

No total, só talvez 30% da África atlântica era ocupada por estados com superfície maior do que 50 mil km², e pelo menos metade dessa área era ocupada por estados de tamanho médio (50-150 mil km²) de extensão. No resto da África atlântica espalhavam-se pequenos e até mesmo minúsculos estados. Desse grupo, alguns poucos na parte sudeste da atual Gana e Benim-Togo — incluindo Aladá, o centro do posterior reino de Daomé, e os estados Acã maiores (Akim, Denkyra, Akwamu, e

o centro do futuro reino Asante) — cada um controlava talvez 5 mil km² ao final do século XVII.²⁰ Mas eles também ocupavam uma parte relativamente pequena do total, e certamente mais da metade da área da África atlântica era governada por estados muito pequenos, cuja superfície era de 500 a mil km². Essa situação era ainda mais séria, pois se essas estatísticas forem desdobradas em relação à população vê-se que esses pequenos estados situados nas áreas mais densamente povoadas da região eram habitados por mais da metade de toda a população da África atlântica.

Observa-se então que a fragmentação política era uma norma na África atlântica. Por essa exposição, vemos que a "típica" África atlântica provavelmente vivia em um Estado soberano, mas que controlava um território que não excedia 1.500 km² (menor do que muitos condados americanos, talvez o equivalente a uma área ocupada por uma grande cidade). A população variava consideravelmente; nas áreas pouco habitadas da África central, esse Estado podia ter três mil a cinco mil habitantes, mas as regiões densamente povoadas da Costa do Ouro e da Costa dos Escravos poderiam ter 20 mil a 30 mil habitantes. Todo o território do rio Gâmbia ao longo da costa até o delta do Níger era ocupado por estados desse tamanho, bem como as terras que se estendiam para o interior. Em áreas como Angola, pequenos estados como esses ocupavam as áreas montanhosas entre o Congo e Dongo, e a área do rio Cuanza entre Dongo e os grandes estados dos planaltos centrais.

Em resumo, o aumento de escala não parece ter sido uma prioridade para os líderes. Historiadores ansiosos para afirmar que a África possuía estados extensos preocuparam-se com os impérios e os estados de tamanho médio, e assim essa questão é com frequência negligenciada. Contudo, a existência de pequenos estados na África não foi provavelmente provocada pelo subdesenvolvimento, que os impediu de antever as vantagens de grandes unidades.

Uma razão para a pequenez da escala (não necessariamente a única) pode proceder do sistema legal, que não permitia a propriedade privada de terras, e pode também explicar por que as Américas, outra área sem propriedade de terras, abrigava também pequenos ou minúsculos estados (exceto seus poucos grandes impérios). Na Eurásia, o controle

20. Os reinos asante, que por fim formariam um Estado de tamanho médio com cerca de 100 mil km², e Daomé, que controlaria uma área menor, estavam começando a se formar em 1680.

sobre grandes extensões territoriais era essencial, porque era através de concessões de terra que se premiavam os sectários, e essa terra era normalmente explorada por arrendatários. Os eurásianos não tinham muito interesse em controlar pessoas, pois sem terras não haveria trabalho, nem a remuneração seria recolhida pelo proprietário. Os estados africanos não se preocupavam com terras — pois desde que não havia pressão popular sobre elas mais pessoas poderiam ser sempre acomodadas. Portanto, as guerras africanas empreendidas com o objetivo de capturar escravos eram o equivalente exato das guerras eurásianas de conquistas territoriais. O Estado e seus cidadãos poderiam aumentar sua fortuna adquirindo escravos e não precisariam comprar terras, a menos que estivessem com o espaço reduzido em seus países (o que não era o caso).

A aquisição de escravos em vez de terras tinha outras vantagens. Ao passo que a conquista territorial exigia a administração de grandes áreas e a expansão de recursos militares, a obtenção de escravos só necessitava de uma pequena campanha, que não criava novas condições administrativas. Além disso, a conquista da terra e a administração subsequente usualmente requeriam a partilha dos lucros advindos de sua exploração com os proprietários, funcionários do Estado ou membros ricos do estado derrotado que, apesar de vencido, em geral tinha de ser cooptado. Os escravos, por sua vez, eram incapazes de barganhar como os ricos proprietários e poderiam integrar-se individualmente ou em pequenos grupos dentro de estruturas existentes.

Vêm-se esses processos em operação em Serra Leoa. Os sapes, como os primeiros habitantes eram chamados em documentos da época, não criaram impérios nem mesmo grandes estados. Parecem ter exportado muitos escravos, entretanto, pois embora não tenham entrado no comércio imediatamente, em 1500 eles respondiam por uma grande proporção de escravos exportados para a Europa. Se a frequência dos etnônimos nas faturas de vendas for um guia para se mesurar o volume relativo, antigos registros de portos do século XVI mencionam que eles eram o terceiro grupo mais usual, logo depois dos jalofos (os quais provavelmente também incluíam exportações de Songai e algumas de Mali) e mandingas (exportações de Mali).²¹ Os escravos sapes, segundo o infor-

21. P. E. H. Hair, "Black African Slaves at Valencia, 1482-1516: An Onomastic Inquiry", *History in Africa* 7 (1980):132 (1498); Alfonso Franco Silva, *Registro documental sobre la esclavitud sevillana, 1453-1513* (Sevilha, sem data [1979]), sem numeração de páginas: entrada para 1502.

ante de Fernandes, Alvaro Velho, eram o resultado de "guerras constantes" na região.²²

Essas guerras não parecem ter sido realizadas com o fim de expansão territorial; embora não se tenham fontes de crônicas sobre a região do Sudão para confirmar essa questão, com certeza não houve um processo de consolidação em Serra Leoa como resultado da guerra.²³ Mas, como Velho testemunhou, os escravos eram usados na economia doméstica para aumentar a renda pessoal do governante,²⁴ e talvez só esse fato explique a propensão de realizar guerras que não aumentassem a riqueza pela anexação de território, mas sim a anexação e o transporte de pessoas.

Essa característica pode também explicar a existência, já na época de Velho (1499), de pequenas emboscadas na região dos "rios", feitas, de acordo com Fernandes, por falups adentrando todos os rios da região em canoas.²⁵ No século XVI, aos falups juntaram-se os habitantes da ilha Bissagos que logo se tornaram renomados por seus ataques navais ao continente.²⁶ Esse tipo de guerra era muito comum nessa região nos séculos XVI e XVII, quando visitantes mencionaram canoas que se moviam em silêncio e atacavam subitamente (algumas vezes à noite) e carregavam pessoas.²⁷

Nesses casos, os escravos poderiam ser usados tanto pelos governantes de pequenos estados da região para aumentar seus dependentes pessoais — e, assim, fortalecer seu poder — como por cidadãos particulares, mercadores ou aristocratas para expandir sua fortuna ou ampliar seu poder diante dos governantes. Embora alguns desses ataques possam ter sido realizados para suprir as necessidades dos europeus, essas

22. Fernandes, "Descrição", fols. 125-125v; ver também a legenda do Atlas Cantino (1502), em Cortesão e Teixeira da Mota, *Monumenta* 1:10, pl. 5. Note-se que essa evidência contesta a premissa de Rodney (*Upper Guinea Coast*, pp. 60-70) baseada na antiga literatura "lamurienta" dos jesuítas que mencionam os sapes como pacíficos até a invasão de Mane em torno de 1545, cuja ambição para se expandir aumentou os conflitos e a captura de escravos.

23. A área pode ter atingido uma certa consolidação no final do século XVI em consequência da invasão de Mane, mencionada em diversos relatos contemporâneos. Ver o relato obsoleto de Rodney, *Upper Guinea Coast*, pp. 39-70, e uma parcial porém melhor descrição do reino resultante dessa consolidação em Jones, "Kquoja Kingdom".

24. Fernandes, "Descrição", fol. 129.

25. *Ibid.*, fol. 117v.

26. De Almada, "Tratado breve", *MMA2* 3:315-20.

27. *Ibid.*, pp. 288, 315-20; Francisco de Lemos Coelho, *Duas descrições seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho*, editado por Damião Peres (Lisboa, 1935), pp. 42-5.

demandas eram um acréscimo à grande solicitação africana de escravos para uso doméstico ou para exportação.

Muitos africanos retinham as mulheres capturadas nas emboscadas e vendiam os homens, porque o comércio atlântico solicitava com frequência mais homens do que mulheres. O povo de Bissagos aprisionou muitas escravas mulheres, e observadores constataram que por fim todo o trabalho produtivo era executado por mulheres.²⁸ Lemos Coelho, um mercador de Cabo Verde, acreditava que muitas sociedades mantinham grandes reservas de escravos a serem vendidos, mas que trabalhavam para seus donos enquanto a venda não fosse efetuada.²⁹ Os portugueses em Angola seguiram essa prática, retendo muitos escravos em suas plantações ao longo dos grandes rios, e ainda vendendo muitos, sobretudo homens.³⁰

A expansão da riqueza por meio da guerra e da escravização era, claro, uma forma barata para aumentar o poder. Os escravos poderiam ser capturados nas guerras e em emboscadas, e levados ao território natal de seus captores para trabalhar, sem que os exércitos invasores tivessem de conquistar ou ocupar o território. Para um pequeno estado com pequenos exércitos, esse era um modo lógico de enriquecer. Mas, em estados de porte médio e impérios, a expansão territorial também ocorreu. Já se discutiu as guerras expansionistas de Songai e Jalofo e observou-se que, além de expandir o território, essas guerras também resultaram na captura de escravos. Para o império em expansão, a escravização da população conquistada permitia aos seus governantes aumentar sua riqueza pessoal e constituir exércitos e grupos administrativos de dependentes diretos, assim como os rendimentos dos territórios conquistados forneciam continuamente uma nova renda. Assim, a expansão externa poderia também aumentar a riqueza, e os escravos que eram um subproduto das guerras expansionistas poderiam fortalecer o processo de centralização interna.

Todos esses fatores resultaram em uma enorme população escrava na África à época da chegada dos primeiros europeus e durante todo o período do comércio de escravos. Ela significou que as instituições le-

28. Thornton, "Sexual Demography", pp. 38-48.

29. Pierre Cultru, ed., *Premier voyage de Sieur de la Courbe, fait à la coste d'Afrique em 1685* (Paris, 1913), p. 252.

30. Thornton, "Slave Trade in Eighteenth Century Angola", pp. 417-27.

gais necessárias e os recursos materiais estavam disponíveis para sustentar um grande mercado de escravos, do qual todos poderiam participar, inclusive os europeus e outros estrangeiros. Aqueles que mantinham escravos e não tinham intenção de usá-los imediatamente poderiam também vendê-los e, de fato, essa é a razão do grande número de comerciantes africanos que negociavam escravos.

Informações sobre a África central corroboram esse processo. Embora existam poucos registros úteis para o período anterior a 1483, é evidente que o Congo estava expandindo seu território durante a época do contato inicial com os portugueses, porque é citado regularmente como guerreando com frequência.³¹ Entretanto, já vimos que um dos aspectos mais importantes da centralização do Congo foi o desenvolvimento de um grande centro urbano com muitos escravos, dando ao governante uma vantagem sobre os outros membros da coalizão que formou o reino. Os motivos políticos como a expansão territorial, rendimentos e uma base leal ao poder, exerceram seu papel no Congo e em Jalofo.

Graças à participação de Portugal em algumas guerras do Congo pode-se descobrir como os escravos eram utilizados. Como em outras áreas, o motivo mais ostensivo para as guerras era estritamente político. Por exemplo, o Congo empreendeu uma guerra contra as ilhas da foz do rio Zaire em 1491 para sujeitá-las.³² As instruções do rei de Portugal para Gonçalo Rodrigues em 1509 apoiavam com firmeza a idéia de se capturar escravos nessas guerras. Rodrigues recebeu ordens a respeito da venda dos escravos que o rei de Congo ofertasse em reconhecimento à sua participação na campanha.³³ Uma descrição ainda melhor refere-se a uma campanha realizada em 1513 ou 1514 contra Munza, um inimigo ao sul do Congo. Essa guerra foi, aparentemente, defensiva, pois Munza foi acusado de ter atacado o filho de Afonso, o Mweni Mbamba, e a guerra tinha como objetivo libertá-lo e punir Munza. O rei Afonso e os portugueses a seu serviço enviaram pelo menos 600 escravos para a capital durante a guerra (e, quando o exército voltou, eles trouxeram no mínimo mais 190), dos quais 510 foram desviados para o comércio atlân-

31. Zorzi, "Informatiō", fol. 131 (c. 1515); Enciso, *Suma*, p. 110 (1519); Saintogne, *Voyages aventureux*, fols. 54, 55 (1536); Saintogne, *Cosmographie* (ed. Musset), pp. 339-40; Letter of Jacome Dias, 1^o de agosto de 1548, MMA 2:180.

32. Rui de Pina, manuscrito sem título, 1492, fols. 97vb-98va.

33. Instruções para Gonçalo Rodrigues, MMA 4:61.

tico. De todos esses escravos, pelo menos 90 permaneceram no Congo, e Afonso queixou-se que o português a quem ele havia confiado a tarefa de distribuir os escravos durante a guerra a fizera de modo incorreto, deixando poucos no Congo e, além disso, entre eles só os que eram "velhos e magros".³⁴ Afonso se preocupava com o uso doméstico e com as exportações para o estrangeiro, e, ao menos nesse caso, acreditava que seus interesses não eram atendidos pela exportação de muitos escravos, mas ele claramente também estava disposto a permitir que um número significativo fosse vendido fora do país.

A África central foi uma fonte rica de escravos talvez porque houvesse diversos estados como o Congo, para os quais os escravos eram tanto um subproduto de guerras expansionistas como úteis para a crescente centralização e lealdade. Aproximadamente em 1520, o Congo iniciou uma guerra com o crescente poderio de Dongo que, tal como o Congo, expandia-se e utilizava a mão-de-obra escrava para apoiar seu processo de centralização. Essas guerras desenrolaram-se em meados dos anos 1520, como sugerem as diversas cartas de reclamação de Afonso em 1526; em uma das mais amargas ele deplora a ajuda (não-oficial) que os portugueses deram ao governante de Dongo,³⁵ que resultou na captura e venda de súditos de Afonso, até mesmo da nobreza.³⁶ Um conflito similar parece ter sido realizado antes contra o reino de Nziko, que continuou exportando escravos e tornou-se um grande exportador nos anos 1530.³⁷ Mesmo os países não-expansionistas poderiam exportar escravos como resultado dessa guerra; os habitantes das ilhas na foz do rio Zaire, chamados "pamzelungos" nas fontes do século XVI, também exportavam escravos talvez capturados em tentativas malsucedidas do Congo de suprimir suas revoltas.³⁸ Com base na evidência disponível, pode-se discutir a simples explicação política para guerras motivadas para a obtenção de escravos, mesmo quando elas não tinham a expan-

34. Afonso para Manuel I, 5 de outubro de 1514, *MMA* 1:314-15.

35. Não designado na carta mas presumivelmente o "vassalo" de quem Afonso reclama; ver John Thornton, "Early Kongo-Portuguese Relations", pp. 192-4; cf. Afonso para João III, 6 de julho de 1526, *MMA* 1:470.

36. Pacheco Pereira, *Esmeraldo*, livro 3, cap. 2 (ed. Silva Dias), p. 134.

37. João III para Afonso I (c. 1529), *MMA* 1:526 (observando que a região nordeste era a principal exportadora de escravos).

38. Afonso para António Carneiro, 5 de março de 1516, *MMA* 1:359. Sobre a localização dos "Pamzelungos", ver François Bontinck, "Les Pamzelungos ancêtres des Solongo", *Annales Aequatoria* 1 (1980):59-86.

são como meta, e a despeito do envolvimento dos portugueses e os grandes interesses dos africanos de exportar escravos.

O USO DOMÉSTICO VERSUS A EXPORTAÇÃO DE ESCRAVOS

A interpretação da política africana reiterou a importância da escravidão doméstica na África. Os escravos eram muito importantes e numerosos nas sociedades africanas. Do mesmo modo, como sugerimos, as exportações tendiam a se direcionar aos escravos recentemente capturados e que não haviam encontrado um lugar na sociedade de seus captadores. Esse aspecto da escravidão enfatiza as decisões dos africanos em relação à escolha dos escravos a serem vendidos para os europeus e quando. Essas decisões eram, por sua vez, um produto de uma situação específica em cada país, envolvendo preço e disponibilidade de escravos. Em larga medida, a decisão de participar do comércio atlântico requeria condições especiais, e os países com frequência entravam e saíam do comércio.

Os motivos que levaram uma região da África a desistir de vender escravos para compradores europeus evidenciam-se nos casos do Congo e Benim. Ambos os países foram antigos exportadores de escravos, tanto para São Tomé como para o mercado europeu, onde poucas pessoas dessas regiões apareceram nos registros de portos.³⁹ Contudo, Ryder mostrou que talvez já em 1520 o Estado de Benim teria começado a restringir o comércio de escravos interrompendo-o, por fim, em torno de 1550.⁴⁰ De qualquer modo, as faturas de vendas e os inventários do Novo Mundo não relacionam escravos de Benim no final do século XVI e no século XVII.⁴¹ Visitantes que foram a Benim nesse período mencionaram a área como produtora de tecido e pimenta, mas não citaram a exportação de escravos.⁴² Apesar de ser uma especulação, é possível que as demandas de trabalho nessas indústrias conflitassem com as solicitações européias, e os interesses locais pressionaram o Estado (ou ele mesmo decidiu) a restringir as exportações.

No caso do Congo, a exportação de escravos estendeu-se por mais tempo, e só no final do século XVI e início do século XVII ele começou a

39. Hair, "Black African Slaves", p. 131; Franco, *Sevillana*.

40. Ryder, *Benin and the Europeans*, pp. 56-90.

41. Bowser, *African Slave*, pp. 40-43.

42. Ryder, *Benin and the Europeans*, pp. 82-5.

cessar o comércio — embora muitas fontes antigas do século XVII mencionem o Congo como uma fonte de poucos escravos.⁴³ Os escravos do Congo não desapareceram dos inventários em parte porque, ao contrário de Benim, ele ainda era um local de embarque de escravos (comercializados no interior) e porque o Congo ainda estava sendo atacado por seus vizinhos, por Portugal (em sua maior guerra de 1622),⁴⁴ Matamba (depois que Jinga transferiu sua capital para lá em 1622) ou por seus vizinhos ao norte.

Em ambos os casos, a decisão de interromper a exportação de escravos pode ter sido o resultado de mudanças nas diretrizes políticas, bem como por considerações políticas. Ambos os países parecem ter parado de se expandir ao mesmo tempo que cessaram suas exportações, Benim nos anos 1550⁴⁵ e o Congo ao final do século.⁴⁶ As guerras menos frequentes podem ter significado menos pessoas escravizadas e um aumento subsequente (pelo menos no plano doméstico) dos preços dos escravos. Ambos os estados tinham também, talvez, atingido sua demanda doméstica de trabalho e haviam desenvolvido exportações adequadas para pagar qualquer importação que desejassem; essas exportações, ademais, eram itens que exigiam um trabalho intenso e, portanto, o preço teria aumentado. Em Benim exportava-se tecido e pimenta, e, no Congo, tecido — a conquista de regiões orientais produtoras de tecido parece ter sido decisiva para a mudança do Congo.⁴⁷ Nenhum dos estados parece ter sido coagido, seja comercial ou militarmente, a continuar a comercializar escravos. Só ao final do século XVII e início do século XVIII, sob pressão de guerras civis, o comércio de escravos recomeçou em ambos os lugares.⁴⁸

Pode-se aplicar uma lógica similar ao examinar as regiões que não participaram do comércio de escravos imediatamente. Por exemplo, a Costa do Ouro exportou poucos escravos durante o século e meio do primeiro contato com a Europa, apesar do significativo volume do comércio realizado em outros locais. Além disso, a Costa do Ouro dividia-

43. Thornton, *Kingdom of Kongo*, p. XV.

44. Descrita em Mateus Cardoso, "Relação da morte", fol. 175-75v (MMA 15).

45. Ryder, *Benin and the Europeans*, pp. 15-18, 73-5.

46. Thornton, *Kingdom of Kongo*, p. XV.

47. Ver as observações feitas por Hilton em *Kingdom of Kongo*, pp. 104-19.

48. Ryder, *Benin and the Europeans*, pp. 167-9. Thornton, *Kingdom of Kongo*, pp. 95-6.

se em muitos estados, estava constantemente em guerra⁴⁹ e caracterizava-se por estruturas sociais e políticas semelhantes às de Serra Leoa, que participou mais do comércio. Os estados da Costa do Ouro usaram escravos em suas economias domésticas, e provavelmente para apoiar o movimento de centralização, mas estavam, talvez, menos dispostos a exportar escravos. Na verdade, os estados da Costa do Ouro importavam escravos de seus vizinhos e de Portugal para suprir necessidades de trabalho e de dependentes políticos, e pagavam por eles com ouro. Situações econômicas ligeiramente diferentes levaram, assim, a diversas estratégias significativas para alcançar os mesmos fins.

Uma lógica similar pode também ser aplicada na parte norte da costa do Gabão, norte de Loango, onde, como na Costa do Ouro, havia pequenos estados e muitas guerras. Aqui, também, a decisão de não vender escravos para os europeus foi tomada em virtude da decisão de importar escravos em troca de suprimento de serviços e exportações de tecido.⁵⁰ Talvez em razão da exportação de tecido, a longa extensão da costa entre os rios Volta e Benim, chamada posteriormente de Costa dos Escravos, não exportasse de imediato escravos, embora dois escravos "lucumis" (iorubá) tenham aparecido em um inventário de 1547 de Espanhola; talvez fossem cativos de guerras que eclodiram entre Oió e seus vizinhos na primeira metade do século XVI.⁵¹ Só no final do século XVI, como veremos, quando uma série de acontecimentos nebulosos levou ao nascimento de estados como Aladá e Popo (e talvez o Império de Oió), essa região começou a exportar escravos.

Nesse sentido, a evidência mostra que foram as decisões dos estados africanos que determinaram a participação nesse específico tipo de

49. As guerras foram mencionadas em 1502 (ANNT, Cartas Missivas, 2/180), 1510 (ibid., CC I/9/60, Agente e funcionários de Mina para o rei, 2 de setembro de 1510), 1519 (Ordem de Fernão Correia para o agente de Mina, 26 de setembro de 1519, MMA 1:427), 1520 (ANNT, CC II/91/92, Ordem de Pacheco Pereira para o agente de Mina, 12 de novembro de 1520), uma extensa em 1548 (ibid., I/80/74, Gonçalo Francisco de Almeyda para o rei, 14 de abril de 1548) e outra longa guerra que terminou em 1557 (Afonso Gonçalves de Botafogo para a rainha, 18 de abril de 1557, fol. 3v, publicado com tradução em inglês em Teixeira da Mota e Hair, *East of Mina*).

50. Ver David Patterson, *The Northern Gabon Coast to 1875* (Londres, 1975), pp. 1-22.

51. "Escritura que enbio el licenciado çerrato sobre la hazienda de gorjon", 21 de setembro de 1547, em J. Marino Incháustegui Cabral, ed., *Reales cédulas y correspondencias de gobernadores de Santo Domingo*, 5 vols. (Madri, 1958), 1:237-8. Os homens tinham 40 anos em 1547, o que indica a escravização depois de 1525. Sobre as guerras em Oyo, ver Robin Law, *The Oyo Empire, c. 1600-c. 1836: A West African Imperialism in the Era of the Atlantic Slave Trade* (Oxford, 1977), pp. 37-9.

comércio, e nem tanto a pressão da Europa. Essas decisões resultaram de processos que nossas fontes nos revelam vagamente — elas referem-se provavelmente ao preço relativo dos escravos *versus* os preços de outras mercadorias, demandas competitivas de trabalho ou o preço relativo de importações européias *versus* outras exportações que não escravos. Claro, os europeus sempre tiveram um bom mercado para escravos que eram as mercadorias preferidas, mas os europeus não abandonariam o comércio e as relações com um país simplesmente porque ele não quisesse ou não pudesse vender escravos. Enquanto algum tipo de troca pôde ser efetuado, o comércio ocorreu. Ao mesmo tempo, no entanto, eles dispunham-se a comprar escravos todas as vezes que um país africano decidisse vendê-los, e sempre esperavam obter mais.

A GUERRA NA ÁFRICA E A TECNOLOGIA MILITAR DA EUROPA

Embora eu tenha mostrado que as guerras africanas resultaram em uma escravização de larga escala e que as políticas africanas explicam até mesmo emboscadas a escravos que parecem não ter um motivo político, a hipótese de que os europeus influenciaram o comportamento dos africanos por meio do controle sobre recursos militares ainda deve ser explorada. Dada a importância da guerra para a expansão de riqueza na África, a questão militar deve ser cuidadosamente examinada.

Com certeza, os europeus participaram sempre que possível das políticas africanas, com freqüência como “especialistas militares” ou conselheiros, ocasionalmente como mercenários armados. Eles exerceram ambos os papéis oficialmente através de programas de assistência patrocinados pelo governo, como a ajuda de Portugal ao Congo em 1491, 1509, 1512 e 1570 ou não-oficialmente e sem autorização, como no auxílio a Dongo nos anos 1520, a ajuda que soldados deram ao Mane nos anos 1550, e talvez a assistência a Benim nos anos 1510 e 1520.⁵² Outros estrangeiros de origem européia também ajudaram — Hawkin em Serra Leoa e Ulsheimer em Benim são mais dois exemplos do século XVI e início do XVII. A aceitação dessa assistência pode ser vista como um desejo dos governantes centralizadores de usar funcionários e dependentes estrangeiros em vez de locais como um meio de manter as

52. Ver documentação citada no Capítulo 3.

dívidas políticas locais em um nível mínimo e criar uma burocracia dependente. Mas também é evidente que os europeus forneceram novas técnicas militares e tecnologia, talvez ao preço de participar mais ativamente do comércio de escravos do que seria o desejo de seus clientes.

Entretanto, o tipo de assistência militar que os europeus nos séculos XVI e XVII poderiam oferecer à África não era tão importante quanto as implicações dos ciclos de "arma-escravo" e "escravo-cavalo". Por exemplo, Elbl examinou os registros portugueses de importações de cavalos em Senegâmbia e constatou que elas dificilmente poderiam ser consideradas numerosas o suficiente para a sobrevivência militar ou mesmo o sucesso das cavalarias de Jalofó.⁵³ Além disso, como Law assinalou em um estudo detalhado sobre essa questão, grande parte da região do Sudão era capaz de criar um número razoável de cavalos no século XIV.⁵⁴ Assim, o comércio atlântico coincidiu com um período de declínio das demandas, e talvez o comércio de cavalos possa ser visto na mesma perspectiva do comércio de outras mercadorias — um suplemento ou até mesmo um complemento de um comércio e de uma produção existentes.

Armas de fogo e outras armas de uso pessoal (como no ciclo arma-escravo) são ainda mais problemáticas. As armas de fogo e as balistas européias, as armas de arremesso que diferiam tanto das usadas na África eram projetadas para enfrentar cavalarias com armaduras ou para guerras navais na Europa. Embora tivessem longo alcance e poder de penetração (capacidades que evoluíram de contendidas com armas de arremesso contra armaduras), elas tinham baixa cadência de tiro.⁵⁵ Para os africanos que, em geral, evitavam as armaduras, as vantagens do alcance (o poder de penetração é relativamente pouco importante) eram contrabalançadas pelas desvantagens da baixa cadência de tiro, exceto em circunstâncias especiais.

53. Elbl, "Portuguese Trade".

54. Robin Law, "Horses, Firearms and Political Power in Pre-Colonial West Africa", *Past and Present* 72 (1976): 112-32. Law faz também uma análise sobre um ciclo cavalo-escravo na região da África central entre as áreas de criação de cavalos ao norte e áreas ao sul que os utilizavam, sobretudo em relação à famosa cavalaria de Oyo. Qualquer que seja a validade desse estudo, ele não é aplicável ao comércio de cavalos no Atlântico.

55. Algumas dessas tecnologias são examinadas em H. A. Gemery e J. S. Hogendorn, "Technological Change, Slavery and the Slavery Trade", em C. J. Dewey e A. G. Hopkins, eds., *The Imperial Impact: Studies in the Economic History of Africa and India* (Londres, 1978), pp. 246-52. Eles distinguem uma mais antiga (anterior a 1650) com a tecnologia da trava de mecha e a de um período posterior quando o mosquete com fecharia de pederneira estava em uso.

Essas circunstâncias ocorrem nas batalhas navais, por exemplo. Como vimos, nos primeiros combates entre os navios de Mosto e as embarcações mandinga em Gâmbia, os homens armados com balistas foram bem-sucedidos em atirar do alto nas forças atacantes, protegidos pelos altos costados de seus navios. Esse aspecto característico dos navios europeus pode ter sido uma das razões de o Congo ter favorecido a assistência de Portugal em suas guerras com as ilhas do Zaire, onde as embarcações africanas, os navios portugueses e as armas de longo alcance dos europeus foram usados com êxito.

Do mesmo modo, a artilharia podia ser útil para atacar fortificações. A artilharia européia foi usada em Serra Leoa nos anos 1560⁵⁶ e em Benim, provavelmente em 1514, quando o rei de Benim foi atacado por uma artilharia portuguesa,⁵⁷ mas certamente em 1601, quando Ulsheimer juntou-se a marinheiros holandeses que usaram armas de fogo para derubar o portão de uma cidade rebelde.⁵⁸ Nesses casos, assim como nos empreendimentos navais, as novas armas foram tão eficazes que elas influenciaram muito as escalas das guerras.

Os navios europeus só podiam ser usados como uma força suplementar, pois, como já visto, os largos navios europeus tinham dificuldade de chegar à costa. Somente pequenas mudanças nas fortificações reduziriam a eficácia da artilharia. Em Benim, a artilharia não era eficaz porque a maioria das fortificações possuía trincheiras. Na verdade, só porque não conseguiram defender seu portão, os defensores da cidade que Ulsheimer ajudou a atacar foram vencidos. As paliçadas de Serra Leoa eram talvez mais vulneráveis, mas as trincheiras a tornavam mais segura. O uso habitual de trincheiras e de cercas vivas em fortificações provavelmente explica por que o canhão tinha tão pouco valor como arma nas guerras de Angola nos séculos XVI e XVII.⁵⁹

Nesse caso, as operações em Angola depois de 1575 foram especialmente elucidativas, porque os portugueses tentaram uma conquista direta com suas próprias armas e, em algumas ocasiões, com seus próprios soldados. Se a tecnologia e as técnicas militares européias tinham um

56. Almada, "Tratado breve", MMA2 3:375.

57. Funcionários de Mina para Contadores de Portugal, 29 de abril de 1514, ANTT, CC II 46/165.

58. Ulsheimer, "Raysen", fols. 32a-32b.

59. Thornton, "The Art of War in Angola, 1570-1680", *Comparative Studies in Society and History* 30 (1988): 360-78.

mérito especial, com certeza isso seria demonstrado em Angola. As operações portuguesas poderiam seguir simplesmente o modelo de ataques para capturas de escravos como muitos especialistas preferem, em que os estados todo-poderosos empreendiam guerras sistemáticas com seus vizinhos mais fracos ou mal organizados para obter escravos, confiando na força de suas armas e na organização e tamanho de seus exércitos para assegurar a vitória e minimizar as perdas. Se o armamento europeu ou a organização militar fossem na verdade superiores, dadas as suas fortes motivações para conseguir escravos para exportar, esse seria o modelo esperado para descrever os ataques de Portugal a Angola.

Com certeza, as exportações iniciais de escravos de Angola relacionavam-se às operações do exército português. Pode-se verificar esse fato pelos dados aduaneiros de Luanda cobrindo o período de 1579-85, quando grandes surtos de exportações e outros menores em 1581 e 1583 são correlatos com as guerras (descritos em minúcia por observadores jesuítas contemporâneos), e os períodos de relativa paz em 1580 e 1584-5, nos quais não houve praticamente exportações.⁶⁰ Analogamente, Beatrix de Heintze estimou que as guerras promovidas por Mendes de Vasconcellos, governador português de 1617 a 1622, resultaram na exportação de mais de 50 mil escravos em poucos anos — apesar de essa enorme taxa de exportação não ter se mantido.⁶¹

Mas a documentação não embasa a teoria de que as guerras portuguesas em Angola foram simples ataques de uma potência militarmente superior contra seus vizinhos mais fracos. Cadornega, o cronista das guerras de Angola no século XVII, logo desfaz essa idéia. Suas descrições sobre as campanhas e batalhas são extensas e mostram um olho de soldado para detalhes militares. Ele freqüentemente registra operações de pequena escala dos portugueses realizadas, pode-se dizer, só para obter escravos, que terminaram em fracassos e desastres. Após relatar uma campanha especialmente penosa, ele afirma que essa guerra dificilmente seria uma mera “guerra de negros” (guerra de escravos). Embora se possa desabonar esse comentário como uma resposta simples aos críticos que

60. “Papéis vários pertencentes as Conquistas de América e Índia”, Biblioteca do Palácio de Ajuda (Lisboa), manuscrito 52-VIII-58, fols. 152-7v. Ver uma pesquisa sobre as guerras em Pero Rodrigues, “História”, em *MMA* 4:565-77.

61. Heintze, “Ende”, pp. 204-9.

acreditam que todas as guerras angolanas foram meras emboscadas a escravos, com nenhum ganho político ou diplomático em meta (e talvez opondo-se a esses ganhos), os detalhes em sua documentação confirmam que as pessoas que empreendiam guerras para capturar escravos não tinham garantia de sucesso ou podiam ser mortas por sua vítima. Cadornega menciona um comentário perspicaz sobre esse contexto: "Ele, que chamuscaria as suíças de outro homem, deveria ter ficado mais alerta com a suas."⁶²

O inimigos africanos de Portugal possuíam com freqüência exércitos habilidosos e bem-equipados, e quase sempre construíam fortificações sólidas. Cavazzi descreveu com detalhes as complicadas operações necessárias para atacar uma dessas fortificações durante uma campanha em 1659.⁶³ Essa campanha especial, ademais, continuou após a tomada da cidade, com uma derrota séria em outra batalha, resultando no final na morte de todos os portugueses.⁶⁴

Do mesmo modo, embora os portugueses operassem com uma infantaria muito bem-armada em muitas campanhas, sua presença não foi decisiva, e em muitos aspectos suas táticas eram idênticas às de seus inimigos. Os soldados portugueses só venciam as campanhas apoiados pelos africanos, e eram regularmente massacrados quando tentavam fazê-las sozinhos.⁶⁵ Se Angola foi um grande participante no comércio de escravos do Atlântico e uma fonte de exportação para milhares de pessoas, isso não resultou da superioridade das armas européias.

Em resumo, pode-se dizer que, não obstante a ajuda das armas européias a governantes africanos em algumas guerras, em alguns casos elas não tiveram uma importância decisiva. Não é provável que a tecnologia ou a assistência da Europa tenham aumentado as chances de os africanos promoverem guerras bem-sucedidas (como as de Portugal em Angola demonstraram) ou que fizessem os atacantes sofrerem menos perdas. Portanto, os europeus não provocaram uma revolução militar que tenha forçado a participação no comércio atlântico como um preço para a sobrevivência.

62. Cadornega, *História* 1:81, 204, 390.

63. Manuscritos Araldi (papéis da família Araldi, Módena), Giovanni Antonio Cavazzi da Montecuccolo, "Missione evangelica al regno de Congo" (manuscrito de 1665-8), vol B, pp. 508-30.

64. Cadornega, *História* 2:157-63.

65. Thornton, "Art of War".

O RÁPIDO CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DE ESCRAVOS E AS INOVAÇÕES NA TECNOLOGIA MILITAR E NA GUERRA

Pode-se concluir que a influência da Europa sobre o comércio de escravos não foi significativa no primeiro século e meio, ao se constatar que os africanos possuíam escravos e os comercializavam. Além disso, as formas iniciais da tecnologia militar e a organização europeia não foram críticas para o sucesso dos exércitos africanos. Mas pode-se ainda argumentar que, por fim, os europeus forçaram os africanos a exceder sua capacidade de fornecer escravos em um período posterior, quando demandas elevadas e a tecnologia militar aperfeiçoada tiveram um papel mais importante.⁶⁶

Uma evidência possível foi o aumento expressivo nas exportações de escravos depois de 1650. Esse aumento relaciona-se com a explosão do crescimento de economias agrícolas sob controle da Europa do norte no Caribe e com a chegada em grande número de europeus dessas regiões na costa africana. Esses recém-chegados trouxeram consigo armas de tecnologia mais sofisticada e um maior conhecimento industrial do que Portugal. Esses eventos indicaram a chegada de um novo e provável grupo desagregador de mercadores e, como consequência, os africanos viram-se forçados a expandir o comércio existente contra a sua vontade. Minha pesquisa sugere, no entanto, que as mudanças foram mais quantitativas do que qualitativas e que, embora a crescente demanda (e o aumento subsequente de preços) possa ter persuadido os africanos a participar com seus escravos, isso não os obrigou a associar-se contra a vontade.

Em meados do século XVII as exportações de escravos aumentaram muito, a ponto de ocasionar um grande impacto demográfico nas regiões da África das quais os escravos foram retirados. Por fim, todos os trabalhos sobre o volume desse comércio mostram que o número total de escravos exportados aumentou em relação ao total das áreas ou à população (estimada) africana envolvida. Os impactos demográficos negativos, embora aparentes no início do período em algumas áreas

66. Gemery e Hogendorn ("Technological Change", pp. 248-51) tentaram formular essa hipótese mostrando que o mosquete era uma "boa arma" ou, ao menos, era útil, sem compará-lo com seu competidor mais próximo como arma de arremesso — o arco-e-flecha. Além disso, eles não examinaram a maneira exata como os mosquetes eram usados nas batalhas ou como eles se comportariam em lutas corpo a corpo.

(como a África central), se intensificaram e disseminaram em toda a África atlântica. Ao final do século XVIII, grande parte do continente estava exaurida demograficamente.

É possível traçar detalhadamente o crescimento das exportações de escravos na maior parte do século XVII. Mesmo com uma razoável margem de erro, é evidente que as exportações aumentaram consideravelmente. Graças às informações minuciosas de embarques disponíveis nos arquivos de Sevilha e a união das coroas espanhola e portuguesa em 1580, que resultou na supervisão da Espanha sobre grande parte do comércio português na África,⁶⁷ temos uma visão detalhada do comércio dos últimos anos do século XVI até 1640, quando o fim da união mais um vez obscurece a percepção. A Tabela 4.1 mostra a distribuição temporal e espacial das exportações de escravos.

Diversos pontos são valiosos para se observar. Primeiro, é evidente que houve um enorme crescimento, com um aumento de uma taxa de 0,6% ao ano no século XVI para mais de 1,5% ao ano na segunda metade do século XVII, e as exportações quase duplicam entre 1650 e 1700. Entretanto, esse crescimento foi desigual, pois algumas regiões exportavam mais escravos, ao passo que outras mantiveram mais ou menos o mesmo nível.

Por exemplo, o comércio nas regiões ocidentais, como a Senegâmbia, pouco cresceu ao longo desse período. O comércio de Angola cresceu mais, mas ainda modestamente, durante a mesma época. O total de exportações de Angola passou de dois mil a três mil escravos no início do século XVI para 4.500 ao final do século, até oito mil em 1650 e por fim a 11 mil no final do século. Esse crescimento aumentou a participação de Angola no comércio, que correspondia a cerca de metade do total em 1500, para 65% em 1650.

Mas a expansão de Angola foi eclipsada pelo enorme aumento de exportações do Golfo da Guiné. Em 1500, muitos escravos dessa área vinham de Benim, mas ao final do século XVI Benim havia diminuído consideravelmente a venda de escravos. Essa perda foi mais do que compensada pela rápida expansão do comércio de Aladá na segunda metade

67. Menos os comércios de Angola-Brasil e Angola-São Tomé, dos quais temos alguns registros aduaneiros irregulares, a maioria sobre material português e brasileiro dos anos 1620, analisado por Mauro, *Portugal et l'Atlantique*, p. 180.

Tabela 4.1. Estimativa das exportações anuais de escravos da África, 1500-1700

	1500	1550	1600	1650	1700
<i>Região costeira</i>					
Costa ocidental ^a	2.000	2.000	2.500	2.500	5.700
Golfo da Guiné ^b	1.000	2.000	2.500	3.300	19.400
Centro-oeste ^c	2.000	4.000	4.500	8.000	11.000
Total	5.000	8.000	9.500	13.800	36.100

^a Da foz do rio Senegal, mas incluindo Arguim até Serra Leoa.

^b Das costas de "Malagueta" e "Kwakwa" até Camarões.

^c De Camarões ao cabo da Boa Esperança.

Fontes: Para o período em torno de 1500, ver documentação no Capítulo 3. Para o período de cerca de 1550, baseei-me em Magalhães-Godinho, *Economia* 2:205-7. Para o período de 1600-50, os dados básicos dos embarques estão compilados em Chaunu e Chaunu, *Séville et l'Atlantique*, 5:70-3, 138-41, 156-7, 188-9, 208-9, 218-19; resumido em Curtin, *Atlantic Slave Trade*, pp. 106-7. Diversas estimativas de Chaunu e Chaunu e de Curtin fundamentam-se na multiplicação das toneladas de embarques pelos números presumíveis de escravos por tonelada. Suas estimativas apóiam-se em um índice de 1,8 escravo por tonelada; a minha em uma estimativa de quatro por tonelada; portanto, muito mais elevada. Esse cálculo baseia-se na minha concordância com o argumento apresentado por Bowser, *African Slave*, pp. 34-44, 363, nota 24, e Duncan, *Atlantic Islands*, pp. 200-1, de que os comerciantes de escravos do século XVII, ao contrário dos do século XVIII, tentavam sobrecarregar os navios com escravos (ambos citam documentação sobre esse problema), em vez de usar o direito de comercializá-los como um subterfúgio para contrabandear outras mercadorias. Acrescentei dados sobre Angola e São Tomé segundo Mauro, e incluí números sobre o comércio holandês com base em dados de embarque compilados por Johannes Postma, "The Origin of African Slaves: The Dutch Activities on the Guinea Coast", em Stanley Engerman e Eugene Genovese, eds., *Race and Slavery in the Western Hemisphere* (Princeton, 1975), p. 49. Esse procedimento resultou em estimativas ligeiramente diferentes das de Lovejoy, *Transformations in Slavery*, pp. 53, 54, 56, 58-9. Para 1700, usei a média para a década de 1700-9 mencionada em David Richardson, "Slave Exports from West and West Central Africa, 1700-1810: New Estimates of Volume and Distribution", *Journal of African History* 30 (1989): 17 (Tabela 7).

do século XVI e ao longo do século XVII.⁶⁸ Os escravos dessa área apareceram pela primeira vez nos inventários americanos em torno de 1550: um escravo "lucumi" (iorubá) surge pela primeira vez em Hispaniola em 1547,⁶⁹ e os "ardras" (Aladá) no Peru nos anos 1560.⁷⁰ Todos esses grupos tornaram-se muito numerosos no século XVII, em termos absolutos e relativos em relação aos dados sobre escravos em outras áreas da América.

68. A proporção de escravos do Golfo da Guiné no comércio é exagerada, do meu ponto de vista, na discussão de Philip Curtin em *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison, 1969), pp. 103-4, porque ele presumiu que todos os navios que declaravam "Guiné" como seu destino realmente iam para lá. Contudo, na nomenclatura do século XVII, Guiné poderia ser qualquer destino na África, do Senegal a Angola, e não se poderia certificar que esses escravos viessem só do Golfo da Guiné.

69. "Escriptura" de Licenciado Cerrato, em Incháustegui Cabral, *Reales cédulas* 1:237-8.

70. Bowser, *African Slave*, p. 40.

O crescimento contínuo da região de Aladá e seus vizinhos conferiu, por fim, à área o epíteto de “Costa dos Escravos” no final do século XVII. Em 1500, não havia quase exportações nessa região, porém em 1700 ela exportava mais de 19 mil escravos por ano, mais da metade do total de exportações da África. Mas a expansão da escravidão nesse século na Baixa Guiné (Costa do Ouro a Camarões) foi também intensificada pela entrada dos estados da Costa do Ouro no comércio de escravos após 1630, e sobretudo depois de 1650. Esse crescimento é especialmente intenso porque a Costa do Ouro iniciou o século XVII como uma rede importadora de escravos e exportadora de ouro, e finalizou-o como exportadora de escravos e até mesmo importadora de ouro.⁷¹

Por conseguinte, para se compreender por que o número de escravos aumentou com tanta intensidade no século XVII, é preciso focalizar Angola e a região da Baixa Guiné. Para Angola deve-se buscar as causas do aumento crescente do comércio de escravos, e, para a Baixa Guiné, as razões da decisão de participar do comércio e expandir suas exportações ao final do século.

Existem diversas explicações possíveis para o comércio expansionista nessas áreas. Tanto Curtin como Lovejoy sugeriram que o aumento dos preços dos escravos, documentados nesse período, podem ter seduzido seus donos. Esse fato pode ter encorajado guerras do “modelo econômico” e persuadido os proprietários de que seria melhor renunciar ao uso doméstico em troca do preço elevado do comércio atlântico. Além disso, os donos de escravos que viviam longe da costa dispunham-se a custear o transporte de escravos para a costa se um preço maior lhes fosse oferecido.⁷² Essa explicação confere aos mercadores europeus um papel na escravização na África, mas ela claramente deixa as decisões econômicas nas mãos dos africanos.

Outras explicações enfocam simplesmente o aumento das guerras provocadas pela dinâmica da política africana, sem considerar o papel do comércio. A conexão entre o comércio, o controle sobre ele e a política na África é complexa e controvertida, mas para nossos propósitos essa explicação ainda se fundamenta na coerção da Europa.

71. Rodney, “Gold and Slaves on the Gold Coast”, *Transactions of the Historical Society of Ghana* 10 (1969): 13-28.

72. Lovejoy, *Transformations in Slavery*, pp. 49-52; Curtin, *Economic Change*, pp. 156-68.

Por fim, pensa-se que essa coerção, direta ou indiretamente, foi responsável pelo aumento de guerras, que resultaram em mais escravos para o Atlântico. No final do século XVII, o mosquete transformou-se em uma arma mais eficaz. Ademais, um grande número dessas armas era produzido na Europa para rearmamento de tropas de infantaria que carregavam mosquetes.⁷³ Naturalmente, grande quantidade dessas armas sofisticadas estava disponível para ser enviada para a África, onde, como já discutido, poderiam ter revolucionado as guerras. Assim, direcionando seletivamente armas para aqueles dispostos a fornecer escravos, os mercadores europeus podem ter sido capazes de afetar o ciclo arma-escravo.⁷⁴

Um exame detalhado de Angola e o Golfo da Guiné pode lançar alguma luz sobre as prováveis causas da transformação das exportações de escravos. Em ambos os casos, entretanto, parece claro que os motivos econômicos e políticos não conectados diretamente com o comércio foram muito mais importantes do que a coerção ou a influência da Europa.

Em Angola, o crescimento pode ser explicado em grande parte pelo fato de que algumas áreas continuaram a suprir escravos, e aqueles capturados cada vez mais em direção ao leste juntavam-se ao êxodo da África central. Por exemplo, a guerra de sucessão em Dongo só terminou em 1672, embora as hostilidades entre Matamba, Angola e Kasanje (em várias combinações, nem sempre envolvendo a participação de Portugal) continuaram esporadicamente, como, por exemplo, em 1679-85.⁷⁵ Se os suprimentos de escravos capturados na guerra de sucessão de Dongo terminaram com o final do conflito, as guerras civis do Congo (1665-1718) contribuíram com certeza mais do que no início do século para sua exportação, pois todos os escravos da África central na plantação de Remire em Caiena (Guiana Francesa), adquiridos de mercadores holandeses entre 1685 e 1690, haviam sido batizados como cristãos no Congo.⁷⁶

73. A espingarda era uma arma muito mais aperfeiçoada do que os antigos mosquetes, sobretudo porque tinha aproximadamente duas vezes mais cadência de tiro, além de menos da metade da margem de erro de falhas de explosão (ver David Chandler, *The Art of War in the Age of Marlborough* [Nova York, 1976], pp. 76-9).

74. Esse é o argumento implícito de Inikori, "Import of Firearms".

75. Cadornega, *História* 2:403.

76. Thornton, *Kingdom of Kongo*, pp. 68-113; manuscrito Montbret 125, Bibliothèque Municipale de Rouen (daqui em diante BM Rouen), fols. 86-90.

Mas, como já citado, as grandes guerras não eram a única fonte de escravos angolanos, pois campanhas menores (algumas não foram mais do que emboscadas a escravos) também continuaram nas mesmas áreas como antes. A crônica de Cadornega, que fornece uma documentação detalhada sobre as operações do exército português até 1681, menciona diversas guerras dirigidas contra os inimigos usuais: a região de Dembos e Mbvila ao norte; Quissama, Benguela e as áreas centrais ao sul; e as terras fronteiriças de Matamba a leste. Os efeitos dessas guerras orientais e operações similares do exército de Matamba foram observados por diversos viajantes ao final do século XVII. A ausência de crônicas abrangentes, como a de Cadornega, para o período após 1681, dificulta a compreensão da exata direção e natureza dessas guerras, mas elas seguramente prosseguiram.⁷⁷

Esses registros, contudo, não mostram se o aperfeiçoamento dos mosquetes influenciou de algum modo essas guerras, pequenas ou grandes. Os sucessos militares de Portugal não parecem ter sido melhores em 1680 ou mesmo em 1700 do que haviam sido um século antes, qualquer que tenha sido o rearmamento ou a reorganização ocorridos com a introdução dos mosquetes.

Dessas fontes que provêem muitas informações sobre os primórdios do comércio de escravos, surgiram outras de regiões distantes no interior. Pode-se sugerir que o motivo para a captura e transporte desses escravos, que quase sempre vinham de centenas de quilômetros a leste das posições portuguesas, pode ter sido os preços elevados pagos por escravos no final do século. Cadornega menciona contatos feitos antes de 1680 entre Kasanje e o estado emergente de Lunda no interior, mas não menciona escravos entre as exportações de Lunda. Não obstante, Lunda começou a exportar escravos logo após, contribuindo com um

77. Cadornega, *História* 2:380-3, 347-9; também Manoel Ribejro para António de Souza, 15 de janeiro de 1674, MMA 13:254-65 passim; Bernardo da Firenze para Propaganda Fide, 22 de junho de 1705, Archivio "De Propaganda Fide", Scritture originali nelle congregazione generale, vol. 552, fols. 64v-65v; Filippo Bernandi da Firenze, "Ragguaglio del Congo" (1714), Archivio Provinciale dei PP. Capuccini, Provincia da Toscana, fol. 685. A evidência citada aqui convence-me de que o modelo inicial da guerra e da escravização ficou inalterado ao longo do século XVII, o que invalidaria a premissa proposta por Joseph Miller em "Paradoxes of Impoverishment in the Atlantic Zone", em Birmingham e Martin, eds., *History of Central Africa*, 1:141-3; 145-50, de que a expansão da guerra e da escravização para o leste foi resultado da exaurição dessas áreas próximas a Luanda e Ndongo que haviam suprido o Atlântico e uma procura crescente em direção ao leste para novos suprimentos de escravos.

grande suprimento, e capturando muitos durante suas guerras de expansão e consolidação.⁷⁸ É interessante observar que os exércitos de Lunda não confiavam nas armas vindas do Atlântico, pois até meados do século XVIII eles ainda evitavam os mosquetes por serem armas de covardes.⁷⁹

Temos menos informações sobre as causas do súbito surto de exportações de escravos na Baixa Guiné. A região ao redor de Aladá, o primeiro dos estados da Costa do Ouro a iniciar exportações de larga escala, é muito pouco documentada nas fontes do século XVI e início do século XVII, e só durante este último século as fontes são mais precisas. As tradições orais coletadas no século XIX sugerem que esse período caracterizou-se pelo surgimento do poderoso Império Oió, que talvez esteja correlato com o surto das exportações.⁸⁰ Grande parte dos escravos exportados por Aladá foi capturado durante a expansão de Oió, segundo a menção dos visitantes capuchinhos nos anos 1660 de que muitos desses escravos vinham do interior e eram comprados nos mercados.⁸¹ Aladá e seus estados vassallos guerrearam com seus vizinhos muitas vezes durante o final do século XVII, mesmo quando o reino de Daomé dominou o interior e depois a costa.⁸²

A política local africana da Costa do Ouro, a segunda região a entrar no comércio de escravos na Baixa Guiné, envolveu uma série de guerras complexas entre os estados locais, cujos motivos são obscuros para nós, assim como para os europeus, embora observadores mais perspicazes como Willem Bosman, o agente holandês, tenham fornecido relatos históricos minuciosos sobre alguns deles. Em geral, no entanto, as complexidades da política local e o crescimento estável dos reinos de Denkyira, Akwamu e, por fim, Asante, situados no interior, esmagaram a política medíocre da área — resultado de mudanças sociais profundas

78. Para este período, ver John Thornton, "The Chronology and Causes of Lunda Expansion to the West, c. 1700-1852", *Zambia Journal of History* I (1981):6-9.

79. Manuel Correia Leitão, "Viagem que eu, sargento-mór dos moradores do distrito do Dande, fiz às remotas partes de Cassange e Olos, no ano de 1775 até o seguinte de 1756", em Gastão Sousa Dias, ed., "Uma viagem a Cassange nos meados do século XVIII", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 56 (1938): 20-21.

80. Estudado em detalhes por Law, *Oyo Empire*, pp. 33-53. Para o conhecimento documentado da Costa dos Escravos, ver idem, "Problems of Plagiarism, Harmonization and Misunderstanding", pp. 337-58.

81. Biblioteca Provincial de Toledo, Colección de Manuscritos Borbón-Lorenzana, manuscrito 244, de Zamora, "Cosmografía", fol. 61.

82. O período após 1680 é bem documentado em I. A. Akingogbin, *Dahomey and Its Neighbors, 1700-1828* (Londres, 1966).

nos reinos do interior pouco influenciados pelas regiões costeiras, como analisado por Kea.⁸³

A reorganização militar da Baixa Guiné, que causou o surgimento de grandes potências no interior, como Asante e Daomé (e talvez no final do século XVII, a expansão de Oió), foi atribuída com frequência às importações de armas de fogo européias. Mas Kea, cujo estudo sobre a Costa do Ouro nesse período considerou seriamente esses fatores militares, observa que, embora os métodos militares tenham sido revolucionados pelos reinos do interior, precisamente devido ao recrutamento de exércitos numerosos, as armas de fogo surtiram pouco efeito. O desenvolvimento desses exércitos ocorreu em razão de mudanças sociais e não pela disponibilidade de uma nova tecnologia militar. Na verdade, ele argumenta que a expansão inicial de Asante foi obtida por exércitos de massa utilizando-se de armas de arremesso, mas que consistiam em arcos e flechas nas fases iniciais mais decisivas, e só mais tarde eles se armaram com mosquetes.⁸⁴

Vale notar que a criação de exércitos de massa e seu subsequente rearmamento com armas de fogo pode ter realmente contribuído para aumentar o número de pessoas escravizadas. As guerras antigas envolviam exércitos profissionais relativamente pequenos, e a maioria dos escravos era retirada dos militares capturados e, assim, o grupo de pessoas vulnerável à escravização seria bem pequeno. Mas, com a criação dos exércitos de massa, as batalhas envolveram mais soldados, aumentando o número de possíveis escravos obtidos pelos partidos vencedores. Entretanto, a simples correlação de importações de armas de fogo e exportações de escravos não é uma relação causal. É mais provável que as demandas africanas por armas tenham aumentado porque eles criaram grandes exércitos que, por si só, tinham causas internas e sociais intrínsecas. A disponibilidade de armas da Europa não provocou o aumento de guerras.

A utilização do mosquete incorporou novas táticas militares aos exércitos africanos, dificultando o retorno à outra "arte de guerrear", assegurando, dessa forma, uma contínua demanda. Esse fato certamente ajudou os negócios europeus em geral, mas não concedeu a nenhuma potência européia a capacidade de chantagear por meio de armas estados

83. Kea, *Settlements*, pp. 158-64.

84. *Ibid.*, pp. 97-117.

que poderiam se recusar a vender escravos. Isso decorreu da incapacidade de um país ou de um grupo de mercadores europeus de controlar o suprimento de armas para qualquer estado da África, ao menos a curto prazo. Os europeus, portanto, não poderiam decidir livremente sobre o fornecimento de armas como um meio de coação decisório para os africanos. De qualquer modo, a única possibilidade real de influência dos mercadores seria restringir as formas de emprender guerras, e essa estratégia provavelmente inibiria em vez de encorajar conflitos.

À medida que os historiadores conhecem mais a complexidade das guerras na África nesse período, e que investigam com mais profundidade as estruturas políticas e sociais dos estados africanos, eles percebem que esses embates devem ser explicados em termos da dinâmica interna do estado ou do seu sistema. Ao se compreender essa dinâmica, o papel dos europeus como agentes provocadores de guerras (em oposição a se beneficiarem dela, tanto como um veículo para a venda de armas ou a compra de escravos) começou a ser menos decisivo. Assim, por exemplo, o estudo das guerras civis no Congo ao final do século XVII provê explicações para guerras que se justificam pela política do país e não por maquinações de Portugal, como se acreditava anteriormente.⁸⁵

As mesmas conclusões podem ser retiradas do estudo da Costa dos Escravos e da Costa do Ouro, onde a explosão das exportações de escravos e o crescimento da importação de armas são mais evidentes. As numerosas cartas dos agentes holandeses e ingleses ainda existentes sobre a Costa do Ouro de 1680 em diante mostram a determinação de comprar escravos, pelo menos "se o preço for correto", como um agente escreveu em 1683,⁸⁶ mas não existe menção se eles poderiam ou fizeram pressão para que o povo local os vendessem.⁸⁷ Eles com certeza encorajavam e por vezes subornavam governantes locais no sistema multifacetado da costa a lutar, inclusive fornecendo-lhes armas e até mesmo soldados, mas em geral seu objetivo era de obter ajuda militar

85. Thornton, *Kingdom of Kongo*; Hilton, *Kingdom of Kongo*. Embora estes dois trabalhos se diferenciem bastante em sua abordagem e conclusões sobre as causas das guerras civis, ambos assinalam causas domésticas e vêem a influência da Europa como, no máximo, periférica.

86. Ralph Hassel para Elmina, 5 de maio de 1683, Bodleian Library, Oxford, manuscritos Rawlinson, C 745, fol. 191v.

87. Ver em especial os relatórios dos agentes ingleses em *ibid.*, passim, e os arquivos holandeses conservados no Algemeen Rijkisarchiv, Nederlands Bezitting ter Kust Guinea. Ver uma amostra dessa correspondência publicada em uma tradução inglesa de Albert van Dantzig, *The Dutch on the Guinea Coast: Select Documents* (Acra, 1978).

para afastar outros europeus rivais de seus postos e não a mera aquisição de escravos.⁸⁸ Um dos melhores exemplos dessa atuação foi a guerra de Comenda, nos anos 1680, detalhada em muitas fontes contemporâneas. Suas origens encontram-se na intrincada política do comércio na África ou, como o agente holandês Bosman disse, “em mau governo e impostos absurdos”. Todos os lados obtinham mercenários europeus.⁸⁹ O tamanho relativamente pequeno dos estados africanos e a supremacia dos exércitos profissionais ao longo da costa (os exércitos de massa só estavam se formando no interior) tornaram as pequenas tropas de mercenários potencialmente eficazes e, conseqüentemente, os europeus com freqüência eram contratados dessa forma. A atuação como mercenários não se restringia aos europeus; diversos estados da Costa do Ouro e da Costa dos Escravos forneciam rotineiramente mercenários nas guerras desse período.⁹⁰ Robin Law propôs recentemente que o reino de Daomé serviu no início como um tipo de Estado mercenário.⁹¹ Seu papel como fornecedor de mercenários não conferiu aos europeus muito poder na costa; em vez disso, tem-se a forte impressão de fraqueza da Europa e sua impotência diante da política africana local.⁹²

Os governantes africanos continuaram a empreender guerras, não como as dos séculos anteriores, mas, naturalmente, quando as novas armas se distinguiram nas guerras, a aquisição de suprimentos tornou-se importante. Assim, no final do século XVII e no século XVIII, guerras civis conturbaram os estados da Senegâmbia e, freqüentemente, os pretendentes ao poder procuraram e compraram armas para reivindicar seus direitos. Mas seria incorreto afirmar que os europeus persuadiram os possíveis pretendentes a buscar o poder para conseguir escravos, mesmo

88. Hassel para Cape Coast, 5 de maio de 1683, Bodleian Library, Oxford, manuscritos Rawlinson, C 745, fol. 191; Thomas Pearson para Cape Coast, 22 de maio de 1683, *ibid.*, fol. 201v-2 (mas reescrevendo eventos anteriores a 1667); Mark Bedford Whiting para Cape Coast, 18 de agosto de 1683, *ibid.*, fol. 281.

89. O cenário político é delineado em Bosman, *Description*, pp. 175-83 (citação, p. 164).

90. Sobre a origem dos exércitos mercenários na África, ver Barbot, “Voyage”, pp. 319-22, 351; Bosman, *Description*, pp. 362a, 395-6.

91. “Dahomey and the Slave Trade: Reflections on the Historiography of the Rise of Dahomey”, *Journal of African History* 27 (1986): 237-67.

92. David Harper para Cape Coast Castle, 20 de abril de 1683, Bodleian Library, Oxford, manuscritos Rawlinson, C 754, fol. 189; David Harper para Cape Coast Castle, 5 de maio de 1683, *ibid.*, fol. 192; Hugh Shears para Cape Coast Castle, 21 de maio de 1683, *ibid.*, fol. 199v e *passim*.

se a perspectiva de fomentar seu fornecimento lhes fosse agradável.⁹³ Os líderes estatais senegaleses formaram grandes exércitos de soldados escravos que faziam freqüentemente ações ofensivas locais (em geral sem a permissão do rei), muito destrutivas,⁹⁴ mas nem a origem dessas forças armadas ou a falta de habilidade dos reis ou o desejo de controlá-las foi o resultado de políticas ou pressões da Europa.

Por conseguinte, conclui-se que a participação da África no comércio de escravos foi voluntária e sob controle dos detentores do poder decisório. E não somente no nível superficial da troca do dia-a-dia, mas mesmo em níveis mais profundos. Os europeus não possuíam os meios, tanto econômicos como militares, para impelir os líderes africanos a vender escravos.

A determinação da elite comercial e política da África de fornecer escravos deve ser entendida em sua dinâmica interna e histórica. Fatores institucionais predisuseram as sociedades africanas a manter escravos, e o desenvolvimento da economia doméstica encorajou o comércio de larga escala e a possessão de escravos muito antes da visita dos europeus ao litoral africano. O aumento das guerras e a instabilidade política em algumas regiões podem ter contribuído para o crescimento do comércio de escravos dessas regiões, porém não se pode afirmar que a demanda de escravos tenha causado a instabilidade política, sobretudo porque nosso conhecimento mostra mais causas internas. Dados os interesses comerciais dos estados africanos e o mercado de escravos nas mãos de proprietários privados, não é surpreendente que os africanos tenham sido capazes de responder às solicitações, desde que os preços os atraíssem.

93. Ver o estudo detalhado focando o início do século XVIII, em Charles Becker e Victor Martin, "Kayor e Baol: Senegalese Kingdoms and the Slave Trade in the Eighteenth Century", (trad. Linda Zuck) em Inikori, *Forced Migration*, pp. 100-25.

94. *Ibid.*, pp. 120-2 (sobre o século XVIII); para uma análise da dinâmica interna, ver James Searing, "Aristocrats, Slaves and Peasants: Power and Dependency in the Wolof States, 1700-1850", *International Journal of African Historical Studies* 21 (1988):475-504.